

MINISTÉRIO PÚBLICO, Constituição e Acesso à Justiça

abordagens institucional,
cível, coletiva e penal da
atuação do Ministério Público

Gregório Assagra de Almeida

Eduardo Cambi

Jairo Cruz Moreira

[ORGS.]





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Os autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Bárbara Rodrigues
Enzo Zaqueu

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

Ministério público, constituição e acesso à justiça: abordagens institucional, cível, coletiva e penal da atuação do ministério público. ALMEIDA, Gregório Assagra de; CAMBI, Eduardo; MOREIRA, Jairo Cruz. Orgs. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-80444-86-1

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDU342

CDD341.2

1157804

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Constituição e acesso à justiça

-
- 1. O neoconstitucionalismo e os seus contornos essenciais** 19

Emerson Garcia

- 2. A Arbitragem como Instrumento de Resolução de Conflitos Ambientais** 55

Andressa de Oliveira Lanchotti

Bárbara Boechat Pereira Lima

- 3. A summa divisio constitucionalizada no Brasil direito coletivo e direito individual e sua importância para o aperfeiçoamento do sistema de tutela coletiva** 81

Gregório Assagra de Almeida

- 4. Princípio democrático e soberania popular: a importância do Ministério Público para a consolidação dos institutos de participação direta dos cidadãos no domínio decisório** 105

Antônio Henrique Franco Lopes

- 5. Democratização do acesso à justiça: O papel da mediação na política de tratamento adequado dos conflitos dentro e fora do Poder Judiciário** 127

Gláucia Foley

6. O Devido processo legal coletivo na Constituição de 1988 e na teoria dos litígios coletivos.....149

Edilson Vitorelli

7. Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas: Caminhos e desafios.....187

Luciane Moessa de Souza

8. O Supremo Tribunal Federal e a modulação dos efeitos da decisão no controle de constitucionalidade em direito tributário: reflexões sobre os parâmetros teóricos da corte constitucional Brasileira.....209

Marcos P. Anjo Coutinho

9. Limites subjetivos da autocomposição nos processos coletivos.....237

Bruno José Silva Nunes

10. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo e as normas fundamentais no novo código de processo civil.....251

Eduardo Cambi

Adriane Haas

Nicole Schmitz

11. Medidas Estruturantes: Alternativa para o Tratamento Adequado aos Conflitos de Interesse Público.....285

Leonardo Silva Nunes

Ana Maria Damasceno de Carvalho Faria

12. Os princípios gerais de direito processual como elo entre o novo Código de Processo Civil brasileiro e os sistemas jurídicos romanista e ibero-americano.....299

Camilo Zufelato

13. Porque Cooperar é melhor? Neurobiologia e métodos autocompositivos.....325

Paulo Valério Dal Pai Moraes

Institucional

14. Métodos de Ensino nas Faculdades de Direito dos Estados Unidos e a possibilidade de sua utilização nas Escolas do Ministério Público Brasileiro: reflexões a partir da experiência de pesquisa na Faculdade de Direito da Universidade de Syracuse.....359

Gregório Assagra de Almeida

15. O papel das Corregedorias do Ministério Público Brasileiro diante dos desafios da Constituição e dos planejamentos estratégicos institucionais.....387

Leandro Garcia Algarte Assunção

16. Novas perspectivas para a atuação do Ministério Público nos tribunais: reflexões sobre a recomendação CNMP n ° 57, de 5 de julho de 2017.....413

José Eduardo Sabo Paes

Lenna Luciana Nunes Daher

17. As Escolas Institucionais do Ministério Público e o seu papel na formação e aprimoramento funcional do Ministério Público.....433

Luciano de Faria Brasil

18. Atuação do Ministério Público por planos, programas e projetos.....447

Marcelo Pedroso Goulart

19. O Ministério Público Influenciador: novas ponderações sobre o perfil resolutivo da Instituição.....467

Jairo Cruz Moreira

Samuel Alvarenga

20. O Planejamento estratégico nacional e o Conselho Nacional do Ministério Público.....495

Sebastião Vieira Caixeta

Carlos Eduardo Andrade

Ana Lara Camargo de Castro

21. Teoria Crítica do Direito, o Acesso à Justiça Como Novo Método de Pensamento e o Ministério Público como uma Garantia Fundamental de Acesso à Justiça.....513

Gregório Assagra de Almeida

22. O Ministério Público e sua democracia interna: Decifrando o enigma da esfinge.....539

Gustavo Senna

23. Os trinta anos de constituição federal e o Ministério Público construtivo.....565

Jadir Cirqueira De Souza

24. Harmonia e complementariedade dos princípios institucionais da unidade e da independência funcional.....593

Marcelo Zenkner

25. Um olhar constitucional sobre a participação em segundo grau do promotor de justiça.....613

Marcelo José de Guimarães e Moraes

Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho

26. O Ministério Público como cláusula pétrea e o paradigma da essencialidade no mundo líquido.....637

Rafael Moreno

27. Uso de andragogia no desenvolvimento de competências profissionais nas escolas de governo dos ministérios públicos.....673

Alessandra de Souza Santos

Frederico de Carvalho Figueiredo

28. A evolução do perfil institucional do Ministério Público693

Hugo Nigro Mazzilli

29. O Ministério Público Resolutivo: Porta para a Gestão Social no Sistema de Justiça.....705

Ana Gabriela Brito Melo Rocha

Frederico Augusto Massote Bonifácio

**Abordagem sobre a atuação no cível
e na tutela coletiva**

30. As convenções processuais e sua celebração pelo Ministério Público.....719

Antonio do Passo Cabral

31. O Ministério Público e a defesa da educação.....739

Bianca Mota de Moraes

32. Responsabilidade civil do estado decorrente da prestação insuficiente do serviço de ensino obrigatório.....767

Cláudio Smirne Diniz

Hirmínia Dorigan de Matos Diniz

33. Desjudicialização: efetividade na proteção do patrimônio público.....781

Cláudio Smirne Diniz

Eduardo Cambi

34. Constituição Cidadã e sua defesa pelo Ministério Público por meio do microssistema de tutela coletiva do custeio dos direitos fundamentais.....	809
--	------------

Élida Graziane Pinto

35. Ministério Público e controle de constitucionalidade.....	833
--	------------

Emerson Garcia

36. Judicialismo: A função do Ministério Público na garantia da moralidade administrativa ao longo de 30 anos da constituição de 1988.....	867
---	------------

Giulliany Letícia da Silva

37. Ministério Público resolutivo no enfoque do acesso à justiça.....	887
--	------------

Leísa Mara Silva Guimarães

38. O Ministério Público e a Defesa do Idoso.....	911
--	------------

Robson Renault Godinho

39. Legitimidade para agir do Ministério Público no processo civil: Releitura constitucional de sua natureza jurídica e consequências práticas.....	945
--	------------

Thadeu Augimeri de Goes Lima

40. A atuação do Ministério Público na tutela dos direitos das pessoas em situação de rua à luz da constituição federal de 1988.....	961
---	------------

Thimotie Aragon Heemann

41. A ação de improbidade administrativa como modalidade de ação civil pública: aplicabilidade dos princípios e das diretrizes interpretativas do direito processual coletivo no plano do processo que tem	
---	--

**como objeto o combate aos atos de improbidade
administrativa 985**

*Gregório Assagra de Almeida
Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis*

**42. A efetivação dos direitos políticos positivos por meio
das candidaturas avulsas e o papel do Ministério
Público 1023**

*Renee do Ó Souza
Leonardo Yukio D. S. Kataoka*

**43. A atuação do Ministério Público na defesa do direito
ao acesso à informação pública como instrumento de
combate à corrupção 1037**

Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis

**44. Atuação administrativa consensual: acordo substitutivo
envolvendo atos de improbidade administrativa e a
legitimidade do Ministério Público para celebrá-lo 1071**

Paula Lino da Rocha Lopes

**45. Controle da infraestrutura viária constitui intervenção
essencial para reduzir as mortes no trânsito: Atuação
do Ministério Público e do Tribunal de Contas 1093**

Cássio Mattos Honorato

**46. Controle de gastos com pessoal nos Municípios: o
papel das controladorias internas e do
Ministério Público 1131**

*Leonardo Dumke Busatto
Renata Sordi Lopes de Paiva*

**47. O papel do Ministério Público Estadual no
fortalecimento da política municipal de proteção da
pessoa idosa: uma perspectiva resolutiva para prevenir**

**a medida de abrigamento fortalecendo os vínculos
familiares e comunitários.....1155**

Daniela Campos de Abreu Serra

**48. Conflitos éticos e violência simbólica na assistência à
saúde de adolescentes.....1185**

Ilma de Paiva Pereira

Marco Antonio Barbosa Pacheco

Márcio Thadeu Silva Marques

Cássius Guimarães Chai

**49. Negociação na improbidade administrativa: Uma
questão de justiça normativa.....1197**

Maria Clara Mendonça Perim

Michel Betenjane Romano

**50. Responsabilidade na preservação do patrimônio
cultural Ferroviário.....1221**

Antonio Joaquim Schellenberger Fernandes

Carollina Rodrigues Souto Amaral

**51. Crueldade não é cultura: Uma avaliação do impacto
da adi 4983/ce sobre a atuação das promotorias do
meio ambiente.....1241**

Antonio Joaquim Schellenberger Fernandes

Otávio Gonçalves Lyra

**52. O sistema interamericano e o papel resolutivo do
Ministério Público estadual na defesa
dos direitos humanos.....1263**

Rafael Osvaldo Machado Moura

Gustavo Marques Krelling

Milena Petters Melo

53. Omissões inconstitucionais e decisões judiciais estruturantes: Os atuais desafios do ministério público na concretização de direitos fundamentais 1285

Renata Araújo Soares

Tutela Penal

54. Princípio da vedação de proteção deficiente nos casos de redução a condição análoga à de escravos: a atuação dos poderes da república e do Ministério Público 1307

Fábio André Guaragni

Lina Tieco Doi

55. Do Ministério Público como Garantia Constitucional de Acesso à Justiça e os Novos Horizontes da Colaboração Premiada Coletiva 1333

Gregório Assagra de Almeida

Rafael de Oliveira Costa

56. “A casa dos mortos”:Três cenas do “porte ilegal de fala” 1359

Aluísio Ferreira de Lima

Maria Vânia Abreu Pontes

57. A insistente “tese camaleônica” contra a investigação criminal pelo Ministério Público 30 anos após a Constituição da República de 1988 1383

Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

Lara Pastorello Panachuk

58. Acordo de não persecução: É uma boa opção político-criminal para o Brasil? 1409

Rodrigo Leite Ferreira Cabral

**59. O controle externo da atividade policial pelo
Ministério Público sobre a investigação criminal.....1423**

Thiago Pierobom de Ávila

**60. O Ministério Público e a violência doméstica contra a
mulher.....1445**

Valéria Diez Scarance Fernandes

**61. Observações sobre a constitucionalidade do acordo de
não persecução penal: o convergente discurso jurídico
da cúpula institucional e a evolução identitária das
regras de sanção.....1467**

Carlos Frederico Braga da Silva

Autores.....1489